

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 16 de junho de 2023 às 07h52
Seleção de Notícias

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Twitter é alvo de ação por uso de música sem licença 3
MERCADO

Veja.com | BR

15 de junho de 2023 | Marco regulatório | INPI

A boa notícia do governo Lula para a propriedade intelectual no Brasil 4

Agência Senado | BR

15 de junho de 2023 | Entidades

Comissão aprova audiências para discutir lei de incentivo à pesquisa e Marco Legal das Startups 5

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Gravadoras pedem US\$ 250 milhões ao Twitter por violação de direitos autorais 6
DIEGO SOUSA

15 de junho de 2023 | Pirataria

Administradores do site de pirataria Megaupload são condenados a dois anos de prisão 7
NICK PERRY

O Dia Online | RJ

15 de junho de 2023 | Direitos Autorais

CPI vai investigar atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição 8
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Twitter é alvo de ação por uso de música sem licença

MERCADO

Twitter é alvo de ação por uso de música sem licença

Em São Paulo A Associação Nacional de Editores de Música (NMPA, na sigla em inglês) dos EUA apresentou uma ação federal por violação de **direitos** autorais contra o Twitter em nome de 17 editoras de música, por não pagar pelo uso de músicas em sua plataforma.

A denúncia pede US\$ 250 milhões (R\$ 1,2 bilhão) em danos por centenas de milhares de violações de cerca de 1.700 obras.

"Enquanto vários concorrentes do Twitter reconhecem a necessidade de licenças adequadas e acordos para o uso de composições musicais em suas plataformas, o Twitter não o faz e, em vez disso, pratica uma violação maciça de **direitos** autorais que prejudica os criadores de música" diz um trecho da denúncia.

"A conduta ilegal tem causado e continua a causar danos substanciais e irreparáveis às editoras, a seus clientes compositores e a todo o ecossistema musical."

A boa notícia do governo Lula para a propriedade intelectual no Brasil

Secretário-executivo de Geraldo Alckmin afirma que ministério atuará para reduzir o tempo de **registro** de patentes, que hoje pode chegar a seis anos. A política e seus bastidores. Com João Pedroso de Campos, Laísa Dall'Agnol, Victoria Bechara, Sérgio Quintella e Bruno Caniato. Este conteúdo é exclusivo para assinantes.

Secretário-executivo de Geraldo Alckmin no MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), Marcio Elias Rosa anunciou nesta quarta-feira, 14, que o governo atuará para reduzir o tempo de atraso em registro de marcas e **patentes** até 2026.

O número dois de Alckmin evitou falar em prazos, mas afirmou que o país está "muito aquém daquilo que deveria ser" e reafirmou o compromisso da pasta em centrar esforços em torno de uma estratégia nacional para a defesa da propriedade intelectual.

"Temos compromissos de redução de backlog para registro de marcas e **patentes**. Vamos terminar, ao final de quatro anos de governo, com um tempo muito menor que o atual, que é de cinco a seis anos para registro. Já se chegou a dez anos e vamos terminar com muito menos do que isso. É um compromisso do ministro Geraldo Alckmin", afirmou durante o seminário "Segurança Jurídica - **Propriedade Intelectual: Fatores Vitais para o Investimento em Inovação**", promovido pelo LIDE em Brasília.

Elias Rosa também defendeu o aumento da se-

gurança jurídica como garantia a investimentos em pesquisa e inovação no país. "Bem sei que é muito difícil manejar a lei e encontrar o direito neste país, então é importante dialogar. Nada cultiva mais a insegurança do que não saber o entendimento dos tribunais no dia seguinte, sobretudo para quem explora a atividade econômica".

Atualmente, o pedido de **patente** é feito junto ao **Inpi** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). A demora da concessão do registro para invenções e modelos - creditada, entre outros fatores, à alta demanda associada a fatores como demora e complexidade no processo de análise - é tida como um dos entraves à atividade econômica, à atração de novos investimentos e à introdução de novas tecnologias.

Como forma de combater o atraso no processo de concessões, o então governo Jair Bolsonaro lançou em 2019 o Plano de Combate ao Backlog de **Patentes**, que introduziu mudanças voltadas ao aumento de produtividade - com alterações nas metas de remuneração dos servidores, cujos salários variam de acordo com o volume de demandas - e a redução de filtros no decorrer do processo. Como resultado, as **patentes** concedidas pelo **Inpi** saltaram 86,4% de 2019 para 2020 e 31,7% de 2020 para 2021, segundo dados da Wipo, a Organização Mundial de **Propriedade Intelectual**. O boom nas concessões de pedidos represados, no entanto, é visto com preocupação por sinalizar possível queda no rigor de exigência do instituto e eventual queda na qualidade dos registros.

Comissão aprova audiências para discutir lei de incentivo à pesquisa e Marco Legal das Startups

Comissões

Transcrição

A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA VAI DISCUTIR EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS A LEI DE INCENTIVO À PESQUISA E O MARCO DAS STARTUPS. OS DOIS REQUERIMENTOS FORAM APRESENTADOS PELO SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES. REPÓRTER BIANCA MINGOTE. Por sugestão do senador Astronauta Marcos Pontes, do PL de São Paulo, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, CCT, vai debater a **Lei** do Bem, de 2005, que concede incentivos fiscais a pessoas jurídicas que investirem em atividades de **inovação** tecnológica. Segundo o senador, o objetivo é criar um ambiente jurídico mais favorável à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação. Entre os convidados estão representantes da Confederação Nacional da Indústria, CNI, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Associação Brasileira da Indústria

Elétrica e Eletrônica, Abinee. A comissão também vai discutir o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador com vistas ao aperfeiçoamento da legislação vigente. Para o Astronauta Marcos Pontes, a norma aprovada em 2021 foi uma iniciativa importante para oferecer um ambiente jurídico favorável às startups. Na avaliação do senador é fundamental que a legislação seja melhorada, tendo em vista a rápida evolução do setor. Finalmente, a segurança jurídica é um ponto crucial. Investir em startups envolve risco, e é essencial que os investidores tenham confiança de que a legislação protegerá seus interesses. A realização de uma audiência pública para revisar o Marco Legal das Startups permitirá a reunião destes e outros temas, confiante para a construção de um ambiente regulatório cada vez mais favorável ao empreendedorismo e à inovação. Sem dúvida, esse marco já foi um ganho muito grande para as startups, mas, como é dito aqui, ele precisa ser revisado de tempos em tempos. As audiências públicas ainda não têm data marcada. Sob a supervisão de Hérica Christian, da Rádio Senado, Bianca Mingote.

Gravadoras pedem US\$ 250 milhões ao Twitter por violação de direitos autorais

Os editores de música processaram o Twitter por mais de US\$ 250 milhões em danos, alegando que a plataforma de mídia social "gera uma violação massiva de direitos autorais que prejudica os criadores de música". O processo alega que, durante anos, o Twitter permitiu que os usuários de sua plataforma compartilhassem músicas protegidas por direitos autorais sem licença. Ele também alega que a má conduta do Twitter só piorou desde que Elon Musk comprou a empresa por US\$ 44 bilhões no outono passado e cortou funcionários. + Efeito Musk: receita de publicidade do Twitter despenca 59% em um ano. A suposta permissividade do Twitter em relação aos usuários que compartilham músicas protegidas por direitos autorais, combinada com a promoção da rede social de tweets com músicas protegidas por direitos autorais, ajudou ilegalmente a alimentar o crescimento da empresa, de acordo com a National Music Publishers' Association, cujos membros incluem Universal, Sony e Warner Music Group. A denúncia cita mais de 1.700 músicas cujos direitos autorais o Twitter supostamente infringiu, incluindo sucessos como "All I Want For Christmas Is You" de Mariah Carey, "Hey Ya!" e "Uptown Funk", de Mark Ronson, com participação de Bruno Mars. "A disponibilidade de vídeos com música, incluindo cópias de composições musicais dos editores, promove os interesses financeiros do Twitter porque impulsiona o engajamento do usuário e, portanto, a receita de publicidade, e porque o Twitter não paga taxas para li-

cenciar composições musicais", disse a queixa. "Fornecer música gratuita e sem licença dá à plataforma do Twitter uma vantagem injusta sobre as plataformas concorrentes, como TikTok, Facebook, Instagram, YouTube, Snapchat e outras." Todos os concorrentes do Twitter, disseram os editores de música, pagam taxas de licenciamento aos detentores dos direitos autorais pela capacidade de usar a música protegida por direitos autorais. O Twitter não respondeu imediatamente a um pedido de comentário. O processo cita as amplas demissões sob a propriedade de Musk que eliminaram equipes inteiras no Twitter. Ele também destaca as próprias opiniões de Musk sobre direitos autorais, incluindo uma captura de tela de dois de seus tweets anteriores à aquisição. "A lei atual de direitos autorais em geral vai absurdamente muito além de proteger o criador original", tuitou Musk na época. Em um tweet de acompanhamento referindo-se ao Digital Millennium Copyright Act, ele escreveu: "O excesso de zelo DMCA é uma praga para a humanidade". Essas declarações, alega a denúncia, "exercem pressão sobre os funcionários do Twitter, incluindo aqueles em sua equipe de confiança e segurança, em questões relacionadas a **direitos** autorais e violação". O processo da indústria da música se soma aos já grandes riscos legais enfrentados pelo Twitter, que está atualmente sob investigação do governo dos Estados Unidos por possíveis violações de seus acordos de privacidade e segurança com a Federal Trade Commission.

Administradores do site de pirataria Megaupload são condenados a dois anos de prisão

Quer se manter informado, ter acesso a mais de 60 colunistas e reportagens exclusivas? Assine o Estadão aqui! Dois homens que ajudaram a administrar o popular site de pirataria Megaupload foram condenados na quinta-feira, 15, por um tribunal na Nova Zelândia a mais de dois anos de prisão. A condenação de Mathias Ortmann e Bram van der Kolk encerrou uma batalha legal de 11 anos dos homens para evitar a extradição para os EUA sob acusações mais graves, que incluíam extorsão. No ano passado, Ortmann e van der Kolk fizeram um acordo com os promotores da Nova Zelândia e dos EUA, no qual se declararam culpados de fazer parte de um grupo criminoso e de causar perdas financeiras a artistas. Enquanto isso, Kim Dotcom, o fundador do Megaupload, continua a lutar contra as acusações dos EUA e a ameaça de extradição. Ele disse que espera que seus ex-colegas testemunhem contra ele como parte do acordo que fizeram. Os promotores dos EUA afirmam que o Megaupload arrecadou pelo menos US\$ 175 milhões - principalmente de pessoas que usavam o site para baixar ilegalmente músicas, programas de televisão e filmes - antes do FBI fechá-lo no início de 2012 e prender Dotcom e outros dirigentes da empresa. Ortmann foi condenado a 2 anos e 7 meses, enquanto van der Kolk foi condenado a 2 anos e 6 meses.

Cada um poderia pegar uma pena de 10 anos de prisão, mas argumentaram que deveriam ter permissão para cumprir suas penas em detenção domiciliar. A juíza da Nova Zelândia, Sally Fitzgerald, tomou a decisão incomum de permitir que ambos adiem o cumprimento de suas sentenças até agosto por razões humanitárias, porque Ortmann está esperando o nascimento de um filho e a mãe de van der Kolk está doente, informou o site Stuff. Fitzgerald diz que, embora as vítimas do Megaupload incluíssem empresas multinacionais de cinema e músicas, também in-

cluía pequenas empresas como uma firma de software da Nova Zelândia, relatou o Stuff. Dotcom tuitou na quinta-feira que as sentenças equivaliam a um tapa na mão e mostravam o desespero dos promotores dos EUA no caso. Ele disse que os homens serão elegíveis para liberdade condicional após 10 meses. "Eles cumprirão menos de um ano em vez dos 185 anos com os quais fomos acusados", tuitou Dotcom.

"Bom para eles". Após a prisão em 2012, Dotcom e os outros dois homens criaram um site legítimo de armazenamento em nuvem chamado Mega. Dotcom logo vendeu sua participação na empresa e teve um desentendimento com os outros homens. Advogados de Dotcom e de Ortmann e van der Kolk argumentaram durante muito tempo que, se alguém fosse culpado no caso, seriam os usuários do site Megaupload que escolheram piratear o material, não os fundadores. Mas os promotores argumentaram que os homens eram os arquitetos de uma vasta organização criminoso. Os promotores dos EUA haviam anteriormente buscado a extradição de um quarto dirigente da empresa, Finn Batato, que também foi preso na Nova Zelândia em 2012. Batato retornou à Alemanha, onde morreu no ano passado de câncer. Em 2015, o programador de computador da Megaupload, Andrus Nomm, da Estônia, se declarou culpado no caso por conspirar para cometer violação de **direitos** autorais e foi condenado a um ano e um dia de prisão federal nos EUA. O Supremo Tribunal da Nova Zelândia decidiu que Dotcom pode ser extraditado para os EUA.

Mas o ministro da justiça da Nova Zelândia ainda tem que tomar uma decisão final sobre se a extradição será efetuada. Dotcom poderá recorrer da futura decisão, o que levaria ainda mais tempo no lento sistema jurídico da Nova Zelândia./AP

CPI vai investigar atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Rio - A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instalou uma CPI nesta quinta-feira (15), para investigar a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), a instituição privada responsável por administrar o pagamento e repasse dos **direitos** autorais aos artistas.

Contra a instituição há no Tribunal de Justiça (TJ-RJ), mais de 400 processos de artistas nacionais sobre cobranças indevidas, segundo o presidente do colegiado, deputado Jorge Felipe Neto (Avante).

"Muitos artistas não ganham um percentual adequado, e isso tem que ser negociado com eles. O Rio de Janeiro é o maior produtor cultural do nosso país, então é fundamental para a economia do estado, para a geração de empregos e para o fomento da cultura",

declarou o parlamentar.

O objetivo é ter mais transparência e garantir os direitos dos artistas, que são pagos pelos consumidores da música e da arte. A próxima reunião do colegiado vai ser realizada na quarta-feira (28).

Serão convidados para participar representantes do ECAD, das associações responsáveis por administrar a instituição, das Secretarias de Fazenda estadual e municipal, do Ministério Público e do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-RJ).

Procurada, a ECAD não se posicionou até o momento em que a matéria foi publicada.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 6, 7, 8

Propriedade Intelectual

4

Marco regulatório | INPI

4

Patentes

4

Entidades

5

Pirataria

7